

COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJe-JT
Ata de Reunião

Data: 01.07.2016

Local: Salão Nobre da Presidência

Presenças:

Des. João Pedro Silvestrin, Presidente da Comissão de Informática;
Juiz Cloceimar Lemes Silva, Juiz Auxiliar da Corregedoria;
Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Juiz Auxiliar da Presidência;
Procurador Paulo Joarês Vieira, Procurador do Trabalho;
Dr. Carlos Thomaz Avila Albornoz, Advogado indicado pela OAB;
Juiz Maurício Schmidt Bastos, Juiz do Trabalho indicado pela Amatra IV;
Jeferson Andrade, Assessor-técnico da ASSTECO;
Gabriel Pacheco dos Santos, Diretor de secretaria da 15ª VT;
Onélio Luis Soares dos Santos, Secretário-geral da SEGJUD;
Natacha Moraes de Oliveira, Diretora da SETIC;

Convidados(as):

Adriana Rizzolli, Coordenadora do CCDF de Porto Alegre;
Pablo Paulo Lopes Barros, Assessor da SETIC;

Secretário(a): Rodrigo Menezes Citrin (AGE)

Hora de início: 14h e 40min

Hora de término: 15h e 40min

Ao primeiro dia de julho de dois mil e dezesseis reuniu-se o Comitê Gestor Regional do PJe-JT. O Des. Silvestrin abriu os trabalhos abordando os itens da pauta proposta para a reunião. **(1) Ato Conjunto nº 19/ TST.CSJT.GP.SG/2016:** “Dispõe sobre a Política de Suporte ao Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Justiça do Trabalho, institui o Manual de Gestão de Demandas de Sistemas Satélites do PJe na Justiça do Trabalho e dá outras providências”. Natacha explicou que cada Regional poderá ter sua própria fila, além do COLEPRECOR, do MPT e da OAB. Ressaltou a importância da OAB enviar suas sugestões ao TRT. Ponderou que cada instituição deve elaborar sua ordem de prioridades. **(2) Demandas:** Foram recebidas 79 sugestões de mudança de magistrados e servidores e 20 sugestões de advogados. **Deliberado que cada instituição deverá priorizar suas demandas de melhorias. Em qualquer hipótese, deverá haver a aprovação do Comitê Gestor do PJe. Natacha irá encaminhar a lista com as melhorias recebidas para todos integrantes do Comitê.** **(3) Atualização de versão:** Natacha abordou o PJe 2.0, que deverá apresentar diversas melhorias. A migração para a nova plataforma será gradual, não devendo ser finalizada antes de 2018. Atualmente o TRT4 utiliza a versão 1.11.0.6 e já está sem suporte. Natacha explicou que o CSJT oficializou com o CNJ que os tribunais deverão informar todas melhorias “locais” criadas. Des. Silvestrin abordou a necessidade de atualização da versão do PJe em uso. **Deliberada a aprovação de atualização da versão do PJe para a versão 1.12.0.5, que deverá**

ocorrer no fim de semana dos dias 16 e 17 de julho. (4) Navegador CNJ: Natacha explicou que deve ser priorizado o uso do Firefox Portable criado pelo TRT, em detrimento daquele do CNJ, tendo em vista a maior estabilidade do sistema. Será estudada a possibilidade de criação de uma máquina virtual para substituir o Firefox Portable, pois se trataria de um ambiente controlado com consequente minimização de falhas. Trata-se de máquina virtual para distribuição em escala com geração de custos. **(5) Considerações gerais:** J. Maurício abordou as dificuldades de uso do PJe em computadores “Mac”. Sugeriu que os certificados digitais dos magistrados usuários de Mac OS X sejam substituídos por modelo compatível com o sistema operacional indicado, como já disponibilizado para alguns magistrados. Natacha explicou as dificuldades enfrentadas para programar na plataforma Mac OS. J. Clocezar explicou que a instauração obrigatória do CLE ocorrerá a partir de 09.01.2017. Comentou que o retorno dado pelas VTs que já fizeram a migração foi sempre positivo. Jeferson sugeriu que o inFOR leia os dados do PJe para que o usuário possa realizar os atos inerentes à execução de modo mais ágil. Natacha explicou que tal leitura é passível de implementação. Ao final, Gabriel questionou quanto à existência de estrutura no TRT para atender a velocidade imposta pelo PJe. Reunião encerrada às 15h e 40min. Ata subscrita por mim, Rodrigo Menezes Citrin, Assistente da AGE, e remetida eletronicamente aos presentes para validação.